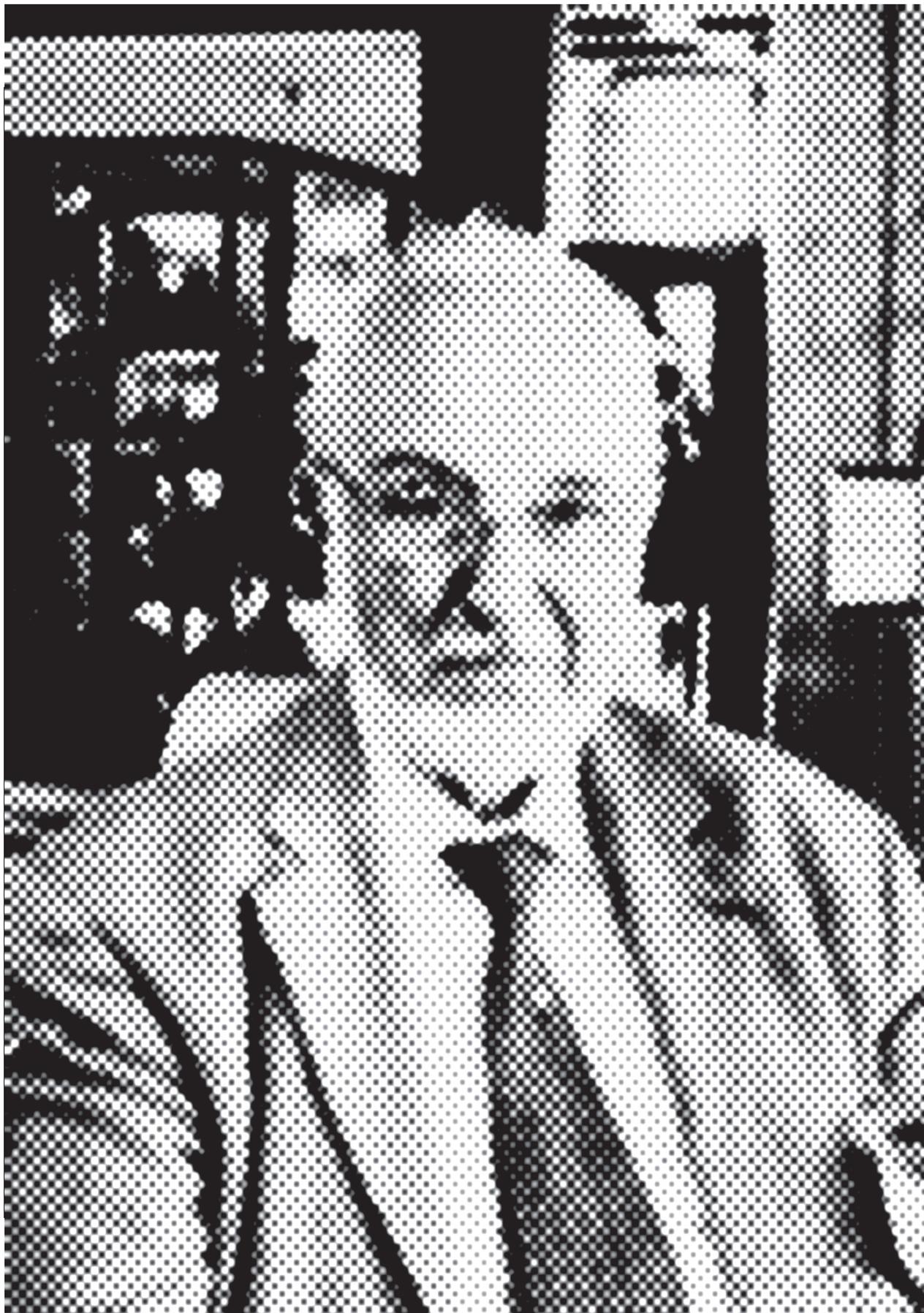




Fonte: <http://www.ufmg.br/ieat>

Entrevista



Entrevista

Paul Claval

por *Guilherme Ribeiro**

Paul Claval
(Universidade de Paris)
p.claval@wanadoo.fr

Espacialidades e representações de mundo

A geografia como ciência e como representação do mundo

GUILHERME RIBEIRO > Antes de tudo, é preciso ressaltar que suas obras vêm atravessando gerações e influenciando o trabalho de inúmeros geógrafos e cientistas sociais pelo mundo, com destaque para as áreas de *História do Pensamento Geográfico*¹ e *Geografia Cultural*.² Com uma vida dedicada à reflexão geográfica, reuniu elementos suficientes para a edificação de uma interpretação acerca da natureza desta ciência. Devo problematizar este ponto.

A Geografia *turnou-se* uma ciência. Porém, neste processo, observa-se que ela aproximou-se de determinadas abordagens em detrimento de outras. Estou pensando numa trajetória ampla e difícil de ser apreendida em que práticas e saberes cotidianos transmutaram-se em discursos sistemáticos, preocupações de ordem institucional, cadeiras nas universidades, revistas especializadas e todos os demais fatores que conformam um domínio de pesquisa e conhecimento chamado Geografia. Contudo, no momento em que vivemos, quando a noção de ciência vem sendo questionada, pelo menos desde a década de 1960, creio que recuperar este movimento é fundamental para avaliarmos os caminhos trilhados até então. Se tivermos em mente que a transformação do *fazer científico* é um dos passos importantes para a transformação da sociedade como um todo, discutir a história da ciência me parece ser um ponto crucial.

Em linhas gerais, como ocorreu a criação da ciência geográfica? Quais os principais traços epistemológicos, históricos e políticos então envolvidos que impulsionaram tal criação no continente europeu — sobretudo na Alemanha e na França?

PAUL CLAVAL > Para sobreviver, toda sociedade desenvolve, necessariamente, práticas, *savoir-faire* e saberes relativos à orientação, à localização das coisas e dos homens, à matriz da natureza e à organização da vida social — saberes geográficos. Ao mesmo tempo, toda sociedade é dotada de *representações do cosmos*, da natureza, da marcha do tempo, da vida individual e coletiva. Estas representações permitem ordenar o mundo, classificar seus aspectos e pensá-los. Elas têm um lado

* Prof. Adjunto I de Geografia da UFF - Campos dos Goytacazes, com doutorado-sandwich pela Universidade de Paris IV (Sorbonne). Esta entrevista foi realizada em francês e traduzida pelo próprio Guilherme Ribeiro. geofilos@ig.com.br

¹ CLAVAL, 2007.

² CLAVAL, 1995.

normativo: não se contentando em dizer o que é, precisam ser o que devem ser. Nesse sentido, elas jogam um papel essencial na definição das relações com o ambiente, na institucionalização das relações sociais, na definição de grupos e no sentido dado à vida. Muitas destas representações têm uma dimensão espacial, e contribuem para estruturar a concepção que as pessoas fazem do espaço. Tais representações interferem nos saberes geográficos.

A idéia de ciência repousa sobre a convicção de que é possível uma ruptura com os saberes empíricos (nossa categoria primeira) e as posturas intelectuais (categoria segunda). Esta ruptura permite aceder a uma forma de saber de valor universal e que se aplica em todos os contextos. Um saber racional e objetivo.

Geralmente, os trabalhos de *história da ciência* mostram que não há ruptura definitiva, mas rupturas parciais, relativas. A ciência não nasce de uma revolução única, mas de uma série de viradas que permitem construir saberes objetivos ou elaborar um conhecimento reflexivo e crítico que relativize os *savoir-faire*, as visões de mundo desta ou daquela sociedade — substituindo-os por quadros mais largos, mesmo não sendo necessariamente universais. A primeira concepção, a da ciência como *racionalidade acabada*, dominou até meados do século XX e continua a caracterizar as ciências físicas e naturais. Hoje, a segunda concepção tende a prevalecer nas ciências do homem e da sociedade.

Concebida nesta ótica, a *história da geografia* passou por várias etapas:

1. O recurso aos pontos cardinais já permitiam a muitas sociedades dispor, em matéria de orientação, de conhecimentos objetivos de valor universal. Na Antigüidade, de Eratóstenes a Ptolomeu, passando por Hiparco, a invenção das coordenadas geográficas permite substituir os sistemas locais (ou étnicos) de localização por uma *grade* que se aplica à *totalidade da Terra*. Graças à dificuldade colocada pela medida das longitudes, esta mutação fará efeito apenas no século XVIII, com a invenção de instrumentos que permitem conservar o tempo.

O desenvolvimento de um conhecimento racional e universal de outros aspectos dos saberes geográficos seria muito mais extenso nos momentos futuros que viriam. Da Antigüidade ao século XVIII contentou-se em inventariar os ambientes, notar suas diversidades e descrever seus povos. Um catálogo de técnicas praticadas pelos povos começa a ser elaborado, porém muito lentamente. Igualmente, a diversidade de representações de mundo atrai a atenção, mas ela mobiliza muito mais os missionários, os filósofos e os metafísicos que os geógrafos.

2. Na elaboração da Geografia tal como a conhecemos, a segunda etapa essencialmente data dos séculos XVIII e XIX. Ela revoluciona a idéia que fazemos do mundo natural e permite construir, no que concerne à sua valorização e exploração pelo homem, saberes que deixam de ser empíricos. A geologia faz compreender a gênese das massas continentais. A meteorologia explora a dinâmica da atmosfera. Começamos a conhecer o jogo das correntes oceânicas, as formas tomadas pela ação da água sobre os continentes. Tudo isso se inscreve na duração: o evolucionismo permite ligar os três domínios citados a seguir àquele das formas viventes. Eduard Suess tira importante lição desta evolução: a Geografia estuda a *face da Terra*, concebida como *interface entre a litosfera, hidrosfera e atmosfera*. Tal interface coincide com a *biosfera*. Assim, a Geografia Física se define como o estudo da *ecosfera*, quer dizer, o conjunto das dinâmicas em movimento na intersecção da *litosfera, hidrosfera, atmosfera e biosfera*.³ As bases desta mutação são colocadas entre 1860 e 1890. Sua elaboração não está completa. Na medida em que se tenta aplicar esta concepção naturalista da ciência aos fatos humanos, a revolução evolucionista acarreta a emergência de um novo campo científico, a Geografia Huma-

³ SUESS, 1897-1918.

na, mas a encerra num falso debate — o do determinismo, que pesa, profundamente, sobre seu desenvolvimento.

Tanto no domínio da orientação quanto no do conhecimento dos ambientes, as rupturas e as viradas conduzem, assim, à elaboração de saberes que podemos considerar como universalmente válidos, mesmo sua formulação não sendo jamais definitiva e estando, a sua estruturação, suscetível de ser, no futuro, questionada.

Do simples catálogo de práticas e *savoir-faire* empíricos, com a invenção da noção de *gênero de vida* passamos a uma verdadeira reflexão crítica relativa às relações homem-meio. Cada grupo, para tirar partido do ambiente (ou mesmo dos ambientes) em que vive, põe em exercício um conjunto de ações e conhecimentos suficientemente eficazes e racionais para conseguir subsistir e, em muitos dos casos, prosperar. Assim, a Geografia Humana se desenvolve como um saber reflexivo e crítico sobre uma parte dos comportamentos humanos, aqueles que dizem respeito à *valorização do espaço*, à sua *exploração* pelas sociedades humanas e ao seu *planejamento*.

Fundado sobre a coleta de dados referentes às formas de organização do espaço e ao planejamento do território nas sociedades ainda tradicionais, este saber conduz à evidência de estruturas que reúnem densidades humanas, técnicas de cultura e de criação, confecção de ferramentas e, também, a circulação: as estruturas agrárias na esfera puramente agrícola, as divisões regionais quando nos interessamos pelo conjunto da sociedade. Este saber — reflexivo e crítico — revela a multiplicidade das formas que estas estruturas podem tomar. No concerto das Ciências Sociais da primeira metade do século XX, esse é um dos aportes essenciais da Geografia Humana.

A maior parte das disciplinas sociais assume a forma que conhecemos na segunda metade do século XIX ou no início do século XX. Elas adotam duas perspectivas: (i) elas se articulam ao que torna *racional* o funcionamento social, e que resulta da ação de suas elites e de seus governantes, ou das escolhas efetuadas pelos agentes econômicos; ou (ii) acumulam as observações sobre os comportamentos individuais e sociais observáveis — à maneira da etnografia —, sem dispor de meios para estruturarem racionalmente os conhecimentos assim recolhidos.

A Geografia mostra que as classes populares das sociedades tradicionais desenvolveram uma gama de práticas e de conhecimentos que não têm a ver com o jogo do acaso e não são, de modo algum, obscurantistas, pois permitem sua reprodução e seu desenvolvimento. É o que explica o lugar eminente ocupado pela Geografia do início do século XX entre as Ciências Sociais — bem como seu impacto sobre a História, que alarga consideravelmente seu campo no momento em que os *Annales* compreendem a parte que podem tirar dos ensinamentos da Geografia no esclarecimento do *jogo da duração*.

Infelizmente, concebida como *gênero de vida*, a Geografia Humana não tem valor universal: ela explica o que se observa em sociedades em que as técnicas produtivas ainda permanecem empíricas, não estando fundadas sobre conhecimentos científicos. No decorrer do século XX, o alargamento progressivo da revolução industrial em todos os domínios de atividades — produção agrícola, vida de relações, comunicações — minaria estes fundamentos. Desde os anos de 1920, as paisagens do *Middle West* americano já não mais realçavam a lógica dos *gêneros de vida*. O que dizer das *paisagens de terra-roxa* do Estado de São Paulo ou do Centro-Oeste do Brasil, com suas fazendas de milhares de hectares administradas como estabelecimentos industriais?

A dupla revolução que faz nascer a Geografia “moderna” nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX se desenvolve na Europa Ocidental, afetando, sobretudo, a Alemanha, França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda e Países Escandinavos, mas, também, a Áustria-Hungria, Itália e o Império Russo — além de muito presente nos Estados Unidos. Pode-se relacionar diretamente o nascimento da Geografia “moderna” a este período, com a dinâmica da Revolução Industrial afetando então todo esse conjunto? Sim e não. Sim, pois os progressos da cartografia e a disposição de um aparelho estatístico permitindo conceber novas formas de cartografia temática (mas também a coleta de documentos etnográficos e folclóricos) estão ligados à consolidação das perspectivas científicas relacionadas à Revolução Industrial. Sim, porque a lógica do desenvolvimento social e econômico de então caminha junto às sociedades nacionais, que utilizam a Geografia para criar os sentimentos de identidade que necessitam. Não, pois a dinâmica que conduz ao evolucionismo, à criação de uma Geografia Física como estudo da *ecosfera* e à criação de uma Geografia Humana — capaz de explicar, através do estudo dos *gêneros de vida* e dos fatos da circulação a ela ligados, a gênese das paisagens rurais e a organização regional do espaço —, esclarece melhor o funcionamento dos espaços naturais e das sociedades tradicionais que a dinâmica do mundo contemporâneo. Ela não responde diretamente a uma das necessidades mais evidentes das sociedades industriais: a de explicar a dinâmica social e econômica do tempo presente. Com o lugar que concede ao papel do Estado, a Geografia Política de Friedrich Ratzel tem mais a ver com os imperativos do momento que a *Geografia Vidaliana*. Todavia, ela não faz nascer um corpo estruturado de conhecimentos, um campo científico novo, tal como o faz o aporte dos *gêneros de vida* e da diferenciação regional do espaço, praticados na França na mesma época. Agora, que a abordagem dos *gêneros de vida* e das articulações do espaço possa confortar a identidade nacional, é evidente — o *Tableau de la géographie de la France* (1903)⁴ sempre nos lembraria —, mas não é o imperativo nacional que conduziu os geógrafos franceses a se interessarem mais pelos grupos humanos (é a noção de base pela qual se inclina os *gêneros de vida*) que aos povos!

O estudo pela Geografia das representações de mundo que dizem respeito ao Cosmos, à natureza, à estruturação social, étnica ou religiosa, ao senso de vida individual e coletiva, às religiões e às ideologias, bem como a tomada de *consciência da existência de posturas* que esclarecem o olhar acerca destas realidades, é fenômeno recente. A evolução se esboça por volta dos anos de 1950 através, em particular, da reflexão de Jean Gottman sobre a Geografia Humana, para quem a circulação tende a dissolver as sociedades e a transformá-las em agregados pouco diferenciados, mas a dimensão simbólica da vida em grupos — a *iconografia*, para retomar o termo que ele emprega — se opõe a esta fragmentação.⁵ Na mesma época, Eric Dardel, muito próximo tanto da obra de Heidegger quanto da de Mícea Eliade, começa a conceber a Geografia como uma interrogação sobre o sentido que os homens dão à sua vida terrestre.⁶

As diferentes viradas que atravessam as Ciências Sociais e a Geografia após 1970 traduzem a atenção concedida dali em diante a estas concepções estruturantes — Oriente e Ocidente, progresso, indivíduo ou vida coletiva etc. Os quadros utilizados pela ciência sem um exame crítico após o início da Modernidade são questionados. Assim se explicam as vogas do pós-modernismo e do pós-colonialismo. Está em curso, neste domínio, a elaboração de saberes reflexivos e críticos. Ela confere um novo lugar à Geografia, na medida em que a atenção dada até então, sobretudo ao tempo (variável essencial para as *Filosofias do Progresso*), diminui. Agora, interroga-se sobre o espaço. Descobre-se que ele tem

⁴ VIDAL DE LA BLACHE, 1903.

⁵ GOTTMAN, 1952.

⁶ DARDEL, 1952.

um lugar central em um bom número de representações do mundo tradicional – mesmo se elas, até aqui, não têm interessado muito aos geógrafos. Heterotopias, oposição sagrado-profano, existência de “terra” e “além” que permitem julgar o mundo, desenvolver pontos de vista normativos etc.

A relação da geografia com as demais ciências

G. R > Na monografia de graduação, na dissertação de mestrado e, mais recentemente, em minha tese de doutorado, trabalhei com as relações entre a Geografia e a História, tendo como objetos a historiografia marxista britânica de Eric Hobsbawm⁷ e a corrente francesa dos *Annales* personificada através da obra de Fernand Braudel.⁸ Na docência, tive a oportunidade de lecionar nos cursos de Geografia, História, Serviço Social e Turismo. Em seus trabalhos, noto que as contribuições provenientes de outras disciplinas são bastante exploradas. Seria essa, talvez, uma tradição geográfica? Paul Vidal de la Blache, historiador de formação, por toda a vida transitou pelos limites e fronteiras que se referem às Ciências Sociais e as Ciências Naturais, o mesmo podendo ser dito de Friedrich Ratzel.

No entanto, ironicamente, se dialogávamos constantemente com os demais saberes, acabamos ficando isolados entre nós mesmos. Por algumas razões, o conhecimento geográfico parece não ter sido muito útil no seio das Ciências Sociais; ao se ampliar o plano da reflexão, no processo de constituição da Modernidade, percebe-se que se privilegiou, muito mais, o tempo em detrimento do espaço, conforme reconheceram Michel Foucault⁹ e Edward Soja.¹⁰

Sabemos que a interlocução entre as ciências não é nada fácil. Preocupadas antes de mais nada em delimitar seus domínios de atuação e reforçar a especificidade de seus discursos perante os demais, porém, nem por isso a inquietação interdisciplinar deixou de estar presente na agenda intelectual do século XX, sobretudo a partir do advento das críticas pós-modernas. Atualmente, a Geografia parece viver um bom momento neste terreno: as questões ambientais, o acirramento das disputas territoriais em várias partes do mundo e as alterações em nossas experiências no/com o espaço fizeram com que temas e conceitos de matiz geográfico (território, rede, escala) fossem incorporados à *démarche* analítica das Ciências Sociais. Diante dessas considerações, como se pode avaliar a posição da Geografia face às Ciências Sociais e a posição destas face à Geografia?

P. C. > Temas da moda como pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade têm mais obscurecido que esclarecido o debate acerca da relação entre a Geografia e as outras ciências. Desde o século XIX, a Geografia tem conferido lugar de destaque à pluridisciplinaridade/multidisciplinaridade. Isso é evidente no domínio da Geografia Física (compreendida como ciência da *ecosfera*), na medida em que não se pode entender o que se passa na interconexão entre litosfera, hidrosfera, atmosfera e biosfera sem tirar amplo partido dos aportes da geologia, hidrologia, meteorologia, climatologia, botânica ou zoologia. É também o caso para as concepções da Geografia Humana ligadas ao *darwinismo* e ao *evolucionismo*, posto que se trata de uma *ciência da ecosfera* que leva em consideração os dados relativos ao ambiente e ao comportamento humano ao mesmo tempo. Mas, neste caso, a pluridisciplinaridade conduz a um embaraço: o do determinismo, pois não é possível explicar os fatos sociais através de puras determinações exteriores.

⁷ RIBEIRO, 2004.

⁸ RIBEIRO, 2008.

⁹ FOUCAULT, 1985-1986.

¹⁰ SOJA, 1993.

A análise das formas de ocupação e de valorização do solo, que levam à constituição de outras formas de Geografia Humana, consideram processos dinâmicos: domesticação de plantas e animais, invenção e difusão de técnicas, valorização do espaço, desenvolvimento da circulação. Ela tem uma dimensão histórica — e é por isso que a prática deste tipo de Geografia é freqüentemente combinada à História, e não somente porque muitos dos primeiros geógrafos vieram desta disciplina. Os contatos com as outras ciências sociais permanecem muito mais limitados: a Geografia Econômica ignora a Ciência Econômica até os anos de 1950; Geografia Política e Geopolítica pouco se apoiavam sobre as Ciências Políticas nascentes. Quando os geógrafos se debruçam sobre as sociedades primárias, seus interesses e métodos são próximos daqueles dos etnólogos, mas aproximações e colaborações são raras neste domínio — exceções feitas a Ratzel, claro, bem como a alguns geógrafos britânicos, como Fleure. Os escritos desenvolvidos sobre a Geografia como *ciência-carrefour* ou *disciplina-fronteira* constituem uma retórica regularmente utilizada pela disciplina, mas só têm significação real na medida em que ela é concebida como *estudo da ecosfera*.

No final do século XIX e durante os dois primeiros terços do século passado, a pesquisa em Ciências Sociais é realizada essencialmente no quadro das Universidades. Sua estrutura de cátedras não incita à cooperação interdisciplinar. Cada um está cioso em delimitar bem seu campo precisando o objeto que estuda e os métodos que emprega. As relações entre disciplinas são limitadas. Elas se intensificam apenas quando um campo é disputado entre várias ciências — como na França, quando a *Escola Durkheimiana* nega toda cientificidade à Geografia Humana e lhe opõe a Morfologia Social. Hoje, a situação é diferente. Cada vez mais, a pesquisa tem por objetivo resolver problemas, tais como os que surgem do crescimento das cidades, da industrialização (e da desindustrialização), da intensificação do tráfico, da crescente segregação das populações. Os organismos que financiam estes trabalhos sabem que os problemas são complexos: as equipes por eles formadas ou subvencionadas fazem apelo a várias disciplinas. É neste quadro que se desenvolveu, após os anos de 1960, uma reflexão sobre a necessidade e a fecundidade dos aportes pluridisciplinares.

É uma questão de bom senso que, para resolver problemas sociais complexos, seja necessário apelar para a intervenção de diversos especialistas. Todo mundo reconhece a cooperação de *experts* cujas contribuições diferentes permanecerão abundantes. Porém, os saberes se desenvolverão a ponto de ultrapassarem as disciplinas? Penso que não.

O que as ciências do homem e da sociedade têm de particular é que todas elas se ligam à mesma realidade: o homem, animal social e político. Elas diferem pelo viés que adotam para abordar os problemas. Assim, o historiador privilegia o tempo; o geógrafo, o espaço; o sociólogo, as sociedades modernas; o etnólogo, as sociedades passadas; o economista, a produção, a troca e o consumo das riquezas; o politólogo, os jogos do poder. As Ciências Sociais se distinguem mais pelo olhar que portam sobre o real e a perspectiva que adotam do que por um objeto próprio. Seus esforços se efetuam em dois níveis: (i) os métodos a empregar para recolher e tratar os dados que se relacionam à perspectiva pela qual elas optaram; (ii) as reflexões sobre os mecanismos elaborados no interior do social, que dizem respeito ao papel dos indivíduos, suas cooperações, seus conflitos e representações postos em prática. Portanto, cada disciplina define procedimentos destinados a tratar de modo eficaz o domínio que escolheu, participando de uma reflexão global sobre a realidade e a dinâmica social. A coabitação de especialistas de origens e formações variadas em uma mesma equipe tem efeitos múltiplos: (i) conduz a que cada um defina melhor seu campo de competência, limitando as vadia-

gens sobre os territórios vizinhos que, por vezes, a pesquisa puramente universitária é acometida; desse ponto de vista, há antes regressão que avanço; (ii) leva a trocas frutíferas no que concerne às técnicas de enquete, métodos de abordagem etc.; desse ângulo, a colaboração tem resultados positivos, porém limitados; (iii) na medida em que cada um tende a demarcar seu próprio domínio, e numa pesquisa cuja finalidade é ser aplicada, a reflexão sobre os mecanismos sociais gerais tende a desaparecer — e a transdisciplinaridade vê sua parte ser reduzida.

Estas considerações são suficientes para mostrar que o conjunto das colaborações realizadas nas equipes reunidas para resolver problemas práticos não teve, e nem pode ter, os resultados esperados em matéria de pluridisciplinaridade ou transdisciplinaridade.

Uma das transformações mais significativas das Ciências Sociais e da Geografia Humana em curso após a década de 1960 resultou de uma descoberta fundamental. Os saberes que elas elaboram não podem atingir o nível de objetividade suposto pelas epistemologias à moda do século XIX e início do século XX. Entre as representações, algumas têm um papel estruturante mais forte que outras, e marcam mais sobre a maneira em que o real é percebido e interpretado e sobre a orientação da ação. As Ciências Sociais devem tomá-las em conta duas vezes: (i) como um sistema de determinações cujo pesquisador não pode se eximir. Ele trabalha, necessariamente, adotando uma postura que colore o que ele apreende; (ii) como um componente essencial das realidades e dos comportamentos que elas estudam. Levar em consideração as representações estruturantes guia a Geografia a novas aproximações. Para compreender o que confere sentido à vida das pessoas, o que as motiva e no que elas crêem certas disciplinas são particularmente interessantes — a Etnologia ou a História, por exemplo. A inspiração pode vir, assim, das Humanidades: a Filosofia analisa o imaginário dos homens, a Literatura e as Artes se inclinam sobre a maneira em que a vida de uns e de outros é animada. Após uma geração, e à ocasião do giro cultural da Geografia, temos visto a ampliação da gama de disciplinas com as quais os geógrafos estão ligados.

Globalização e geografia

G. R. > Milton Santos sugere que, com a Globalização, a Geografia atingia sua maturidade científica.¹¹ Confesso que tal passagem me provoca, fortemente, a pensar inúmeras questões. No momento em que não é mais possível ser contra tal fenômeno (isso ainda era apregoado nos anos de 1990), ou seja, quando observamos o aprofundamento de relações cada vez mais globais, sensações como insegurança, medo e incerteza tornam-se cada vez mais generalizadas. Com a materialização da *escala mundo* em nosso cotidiano, temos uma maior consciência do que ocorre em outros países. Entretanto, isso não significa que tenhamos soluções para os problemas mais banais. Tal situação me parece contraditória quando pensamos nos avanços científicos nas áreas de saúde e agricultura, por exemplo, cujos resultados são mais do que suficientes para acabar com a fome no mundo e exterminar uma série de doenças típicas do século XIX. Em outras palavras, existe a Globalização, mas não existe um projeto global capaz de repensar a economia, a política e a sociedade em que estamos imersos atualmente. A Pós-Modernidade, que decretou o fim das metanarrativas e o fim das utopias, deixou-nos à mercê de nós mesmos enquanto indivíduos que se digladiam uns contra os outros. O Estado-Nação subordinou suas ações aos interesses do mercado; a sociedade civil desorganizou-se; o trabalhador não se vê mais como classe.

¹¹ SANTOS, 2000.

Retorno a Milton Santos, de modo a estruturar questões. Se a Geografia alcançou a maturidade, o que ela pode propor ao mundo atual? Qual a contribuição da Geografia para a resolução dos problemas que nos afetam num contexto global e pós-moderno?

P. C. > qual é o impacto da globalização sobre o *status* e o papel da Geografia? Nessa esfera, as opiniões divergem largamente. Alguns sustentam que as mutações técnicas da segunda metade do século passado reduziram consideravelmente o alcance de nossa disciplina.

Na medida em que a Globalização resulta da diminuição dos empecilhos de transporte, o peso dos obstáculos físicos diminui, é verdade: hoje, é possível mobilizar formas concentradas de energia não importa em qual ponto do planeta, o que conduz a uma subversão completa das relações que os homens mantinham com seus ambientes. Eles os submetem mais facilmente aos seus mandos, libertando-se de vários entraves naturais. As determinações físicas (que consideramos freqüentemente como um dos elementos-chave da Geografia Humana) desaparecem, levando com elas o declínio da Geografia. Mas os restos de efluentes gasosos e líquidos e a multiplicação de dejetos põem o equilíbrio dos ecossistemas em perigo. Se bem que a Geografia Natural reaparece sob uma nova forma: daqui em diante, mais que os recursos, o que conta são os equilíbrios ecológicos, a resiliência dos ecossistemas e os meios de assegurar um *desenvolvimento sustentável*.

Assim, a Globalização deriva dos progressos realizados pelos transportes rápidos e pelas telecomunicações. Não importa de qual ponto da superfície terrestre, é possível entrar em relação com qualquer lugar rapidamente (graças ao avião) ou instantaneamente (graças às telecomunicações) sem ter necessidade de transitar por níveis intermediários — freqüentemente numerosos. Isso produz conseqüências consideráveis: (i) sobre a maneira como os problemas são sentidos e vividos (com a “glocalização”, é possível, independente do lugar, participar quase em tempo real de acontecimentos coordenados do outro lado do planeta); (ii) sobre a forma como as redes urbanas, que constituem a base material das redes de comunicação, são estruturadas (com a ampliação da complexidade das hierarquias, o poder das grandes metrópoles e o papel de destaque conferido aos fluxos financeiros); sobre a localização das atividades na superfície terrestre (com o fim dos processos de concentração das atividades industriais ou quaternárias em algumas áreas privilegiadas, Europa Ocidental, EUA, Japão e o novo papel dos países emergentes). Acrescente a isso: (iv) a perda, pelos Estados-Nação (que tinham jogado papel essencial no processo de desenvolvimento econômico ao longo da Modernidade), de parte de sua soberania; (v) a concorrência, hoje, é tão intensa que os nichos que permitiam boa parte das atividades agrícolas e industriais se beneficiarem de mercados locais relativamente protegidos desaparecem, o que leva a uma desindustrialização rápida de países desenvolvidos há muito tempo, bem como à ruína paralela de numerosas atividades agrícolas ainda estruturadas segundo o modelo familiar; (vi) em um mundo mais aberto à concorrência, o conhecimento torna-se um dos fatores-chave do sucesso.

Quais são as conseqüências, para a Geografia, destas evoluções? A explicação pelos *fatores naturais*, cujos limites os geógrafos conhecem bem, perde o essencial de sua credibilidade. Portanto, aqui há um recuo. Porém, ele é compensado pelo papel que a Geografia tem na análise dos *novos constrangimentos ecológicos*, pelo seu esclarecimento sobre a metropolização, a desindustrialização, a ascensão dos países emergentes, os novos fatores locais e o papel da economia do conhecimento na gênese dos distritos industriais e na orientação econômica das áreas metropolitanas.

Os geógrafos esclarecem também a crise do Estado-Nação, o papel crescente das construções plurinacionais e das instâncias regionais.

As mutações socioeconômicas acarretadas pela Globalização subvertem a vida dos homens, sendo a fonte da crise das identidades — tão surpreendentes no mundo atual. Aqui, a contribuição da Geografia também pode ser capital.

A Globalização obriga a Geografia a se repensar, mas também lhe abre imensas oportunidades. A questão é saber se os geógrafos saberão assimilá-las. Na medida em que a disciplina saiu de esquemas simplistas com os quais esteve envolvida durante muito tempo (penso no determinismo), ela parece bem situada para elucidar os problemas do mundo atual. Contudo, as outras Ciências Sociais também progridem. Diz-se seguidamente que elas conheceram um giro espacial, o que quer dizer que economistas, sociólogos, historiadores e etnólogos disputam com os geógrafos os campos de pesquisa que a evolução contemporânea fez aparecer.

A ciência e a sociedade; ou à espera de um encontro

G. R. > Até aqui, foi traçado um panorama teórico e empírico bastante rico sobre uma ciência que, sem dúvida, teve uma função instrumental e simbólica assaz relevante no processo de constituição da Modernidade. Porém, não se trata de uma atribuição específica da Geografia, muito pelo contrário. Se ela atuou decisivamente em operações de planejamento territorial (IBGE no Brasil, DATAR na França), a História, por exemplo, auxiliou na construção de um passado nacional glorioso [o IHGB e o *Petit Lavisse* (manual didático nacionalista francês da III República)]; a Economia elaborou estratégias de modernização e desenvolvimento (FMI, BIRD e outros organismos); a Etnologia engendrou o discurso dos povos civilizados e dos povos selvagens — e os exemplos se repetem. Ora, é evidente que a ciência tem um papel que é, fundamentalmente, político. Sendo um produto social, ela trabalha segundo a lógica de uma sociedade marcadamente desigual. Assim, nós, através dos espaços que freqüentamos e ocupamos (congressos, universidades, institutos de pesquisa), sinalizamos que estamos sempre próximos do poder, porém longe dos menos favorecidos, dos movimentos sociais e da população em geral. É restrito, a uma minoria, o acesso às universidades e aos programas de investigação, minoria que, obviamente, pertence às camadas mais abastadas da sociedade. Ou seja, a situação de desigualdade se perpetua — embora existam mudanças. O resultado é que, embora declaremos que a dicotomia sujeito-objeto tenha sido superada, na prática continuamos a tratar de homens e mulheres reais como *coisas*, entes abstratos prontos a sofrerem intervenções a todo instante. Tidos como senso comum, os saberes de ribeirinhos, seringueiros, índios, caboclos, sertanejos e outros grupos foram excluídos da elaboração do pensar científico — ou, melhor dizendo, incluído apenas na condição de objeto. É frustrante admitir o fracasso das Ciências do Homem, mas creio ser uma constatação a ser feita para que reflitamos sobre a necessidade de edificação de novas bases. O que se pode pensar a respeito?

P. C. > A divisão social do trabalho vem de longe. Ela se esboça entre os caçadores-coletores e se acentua desde o neolítico, ainda que se cristalize apenas com a formação de cidades onde residem governantes, padres, soldados e comerciantes, bem como com a invenção da escrita, que origina uma clivagem no âmago da cultura. Não há nada de surpreendente no fato que a Geografia — como as

outras Ciências Sociais que se formam entre o instante final do século XVIII e a Primeira Guerra Mundial — tenha estado próxima dos meios dirigentes: governantes, comerciantes, industriais, armadores, missionários etc. Difícil seria explicar o inverso! O que importa observar é sob qual espírito a disciplina então trabalhava.

A imensa maioria dos geógrafos compartilha as idéias e as atitudes então dominantes: superioridade global da Europa — e, de modo geral, do Ocidente —, papel do progresso, a indústria como fundamento da prosperidade econômica. A maior parte deles não recusa a idéia de nação, que eles confortam oferecendo uma *definição científica da estável base territorial* de que ela necessita — tudo já foi dito a esse respeito. Porém, a imagem que se fazia da nação não coincide com a nossa. Na pequena obra dirigida por Alain Finkielkraut¹², o capítulo *O que é ser francês hoje* permite bem compreender as diferenças entre nossa idéia de nação, a idéia dominante há um século (a passagem de uma *concepção histórica de nação* a uma *concepção memorial*) e a idéia de nossos dias.¹³

No final do século XIX e início do século XX, as atitudes dos geógrafos face aos problemas sociais não são homogêneas. Conforme sublinha a pequena obra de Federico Ferretti, ao longo de todo o século XIX, a Geografia se encontra no coração do projeto anarquista.¹⁴ É a única filosofia social que permanece então fiel às interpretações individualistas da sociedade — aquelas que o contrato social tinha colocado na moda. Este projeto é inspirado em Rousseau, que procura salvar a humanidade reencontrando, na história de sua progressão, o fio condutor que foi perdido, o único que poderia conduzi-la, a humanidade, à felicidade. Como ele mostra no *Discours sur l'origine de l'inégalité*, somente uma mistura de viagem e de história seria capaz de reconstituir estas etapas esquecidas.¹⁵ Suas idéias serão retomadas por Pestalozzi, cuja escola de pensamento teve como alunos Ritter e Réclus. Eles trabalham com a noção de que a Geografia deve esclarecer a evolução humana (Ritter), auxiliando a *tomar o futuro em suas mãos* (Réclus e outros anarquistas, como Charles Perron, Léon Metchnikoff, Piotr Kropotkin). Os anarquistas acreditavam no progresso e condenavam o Estado (e, portanto, o nacionalismo), mas não recusavam a expansão européia. Réclus não tinha nada contra a colonização, mas antes contra certas formas de colonização.

Os geógrafos franceses, particularmente os *vidalianos*, têm outra particularidade. Com todos fazendo parte da elite dirigente, suas curiosidades os levaram a se aproximar das camadas populares. Eles não são os únicos a terem esse reflexo: não é no final do século XIX que os historiadores descobrem a história do mundo operário? Aproximando-se dos ambientes rurais onde ainda dominavam os grupos camponeses, os geógrafos abriam novas perspectivas, pois se vinculam a grupos de cultura popular que ainda não estão completamente integrados à sociedade industrial. Para compreender tais grupos, eles multiplicam as entrevistas, os questionários, as visitas de exploração. Procuram entender o *savoir-faire* e as técnicas elaboradas por estes grupos em seus ambientes. Assim, eles descobriram outra racionalidade: a dos que decidem mais interessados em assegurar sua sobrevivência do que multiplicar as vantagens. Para eles, a escala temporal que conta é a longa duração. Evidentemente, é essa descoberta maior que, trinta anos mais tarde, inspirará Marc Bloch, Lucien Febvre e os *Annales*, tendo como teórico Fernand Braudel.¹⁶

Pode-se dizer que a Geografia do fim do século XIX e início do século XX estava sistematicamente ligada às camadas dominantes, ignorando os problemas profundos da sociedade? Não penso assim. Para julgar os geógrafos do passado, importa resistir ao anacronismo, compreendendo o sentido que davam a categorias como *sociedade, progresso, nação, colonização, liberdade, justiça...* Tomemos um

¹² FINKIELKRAUT, 2007.

¹³ Conforme aponta Pierre Nora: "É por isso (...) que permaneço ligado ao conceito nacional, que permanece, hoje, o único quadro pensável e possível para o acesso ao universal." NORA, 1997, p. 283.

¹⁴ FERRETTI, 2007.

¹⁵ ROUSSEAU, 2008.

¹⁶ BRAUDEL, 1997.

exemplo: a obra de Said sobre o *Orientalismo* me convence apenas parcialmente¹⁷. O Oriente que a ciência moderna tentou construir procurava encontrar as etapas da evolução da humanidade que não se desenvolveram no Ocidente. O *orientalismo* tal como aparece em Volney, nos anos de 1780, é uma das formas de *viagem filosófica* da qual Rousseau se faz advogado. Seu objetivo não é o de desvalorizar as civilizações orientais, mas mensurar suas contribuições para a história geral da humanidade. A ambição não é a de assegurar a dominação das nações européias sobre o resto do mundo, mas sim elaborar uma visão global da evolução da humanidade. Um projeto como tal é, sem dúvida, criticável, pois desconhece a pluralidade de transformações e de futuros humanos e minimiza o aporte recente do Oriente. Porém, ele não é condenável em nome de uma pretensa superioridade moral de sua época sobre aquelas que o precederam.

A inquietação sentida pelos geógrafos de se distanciarem das esferas dominantes é confirmada diversas vezes no decorrer do século XX. Entre as duas guerras mundiais, a reflexão sobre as relações internacionais é, geralmente, conduzida (no mundo anglófono e na Alemanha) sob uma perspectiva de potência. Trata-se de confortar a posição da Inglaterra, Estados Unidos ou Alemanha. Contudo, particularmente na França, nota-se o desenvolvimento de uma geopolítica da paz, mais preocupada em evitar os conflitos e minimizar o sofrimento da população do que justificar as ambições nacionais.

Esta mesma fonte de distanciamento se manifesta no domínio colonial. Os geógrafos estão entre os primeiros a destacar que a aventura colonial era datada¹⁸. Eles romperão com as geografias econômicas concebidas para glorificar e sistematizar a exploração dos impérios coloniais — tal como as obras de Marcel Dubois (1856-1916)¹⁹. A *Geografia Tropical* que Pierre Gourou concebeu em seu estudo do delta tonkinois em 1936, e que se desenvolve na França durante e após a Segunda Guerra,²⁰ acentua os sistemas indígenas: a modernização só será possível apoiando-se neles.²¹ No domínio do planejamento, a doutrina do DATAR não deve praticamente nada à disciplina universitária. Ela foi elaborada por urbanistas (no início), economistas (majoritariamente) e engenheiros de equipamento no quadro de uma missão que lhes foi confiada pelo Primeiro Ministro. Os Estados Modernos tinham necessidade dos saberes geográficos. Quando as instituições de pesquisa não os forneciam, recorria-se aos órgãos de planejamento, encarregados de elaborar planos de ação efetiva. De todo modo, é preciso dizer algo que tenho como certo: as relações que os geógrafos (e a Geografia) teceram — e continuam a tecer — com o poder são mais complexas, mais ambíguas do que supomos.

G. R. > Em meio a episódios como *Guerra Fria, Maio de 1968, descolonização, industrialização do Terceiro Mundo e perda de hegemonia da Europa*, emergem dois movimentos que abalam as estruturas epistemológicas da Ciência Moderna: a *Pós-Modernidade* e o *Pós-Colonialismo*. O primeiro surge como um fenômeno essencialmente europeu, cujas características mais gerais são a *crítica à razão*, ao *método*, à *objetividade* e ao fazer científico *lato sensu*. Condena-se também as *metanarrativas*, aquelas explicações universais de mundo pretendidas pelo *positivismo*, *hegelianismo* e *marxismo*. Após o fim do *socialismo real*, a descrença nas utopias torna-se cada vez maior, e a ciência não parece ter outro papel senão o de explicações fragmentadas, localizadas e *culturalistas*. Todavia, grupos (mulheres, homossexuais e negros) e temas (ecologia, sexualidade, racismo, identidade) outrora negligenciados ganham visibilidade, bem como é enfatizada a ampliação do diálogo entre as ciências.

¹⁷ SAID, 2000.

¹⁸ DEMANGEON, 1922.

¹⁹ Em 1891, Dubois fundou os *Annales de Géographie* ao lado de Vidal de la Blache e, no ano seguinte, tornou-se o primeiro a ocupar a cadeira de Geografia Colonial na Sorbonne.

²⁰ GOUROU, 1936.

²¹ SINGARAVÉLOU, 2008.

Por sua vez, o segundo movimento enseja recontar a história dos homens e a trajetória científica a partir de outros lugares e de outras experiências. A proposta é reescrever a história do mundo não segundo os padrões hegemônicos da Modernidade, mas sim conforme a Colonialidade. A Europa é deslocada, cedendo lugar à riqueza cultural, cognitiva, lingüística de africanos, asiáticos e americanos. Sublinha-se o caráter *territorial* da epistemologia, tal como sustenta Walter Mignolo²². Geografias imaginárias são denunciadas, como revela Edward Said.²³ Ambos possuem problemas. A *pós-modernidade* pode cair num discurso lingüístico ou cultural vazio de sentido político e emancipatório. O *pós-colonialismo* pode ceder a um maniqueísmo que significaria antes um retrocesso que um avanço teórico-metodológico. Que balanço se pode fazer desta conjuntura?

P. C. > A partir do século XVIII, o imperialismo ocidental seguiu ligado às filosofias do progresso e da história, tal como, no Renascimento, e estava apoiado na vocação universal do cristianismo: o Ocidente é portador de valores e dispõe de meios que lhe permite fazer a felicidade de todos; é seu dever levá-los aos outros, tornando-os conhecidos. Frequentemente, as sociedades envolvidas recusavam se abrir à civilização ocidental; alguns pensavam, então, que era conveniente se impor pela força. Daí a criação de colônias. No decorrer do século XIX, surge uma justificativa liberal do imperialismo: no domínio das instituições, a *idéia de progresso* se traduz pelo reconhecimento de direitos individuais. Cada um é livre para se movimentar/deslocar conforme sua vontade, professar as opiniões de sua escolha, comercializar com quem quiser. O que motivaria as intervenções em terras estrangeiras, seria a recusa dos governos locais em reconhecer e conceder estes “direitos” a europeus e americanos. Aos países incapazes da constituição de Estados de Direito, impõem-se protetorados colocados sob tutela. Colônias ou protetorados: nos dois casos, há imperialismo, mas com nuances que não são negligenciáveis. Acrescente a esse contexto as diferentes tradições nacionais: ingleses, franceses, espanhóis, portugueses, italianos, japoneses e norte-americanos não concebem da mesma maneira suas intervenções.

No curso do século XX, a crítica da idéia de progresso se impõe. Seria *progresso* inventar as armas progressivamente mais terríveis? Em nome da superioridade ocidental, ter-se-ia o direito de impor tal ponto de vista a todas as outras sociedades? Não há que se reconhecer que esta superioridade é ilusória desde o momento em que não se acreditava mais no progresso?

Os temas da pós-modernidade e do pós-colonialismo são as conseqüências lógicas do fim das filosofias da história. Todavia, seus conteúdos são complexos. A pós-modernidade emerge nos anos de 1960 como uma corrente da arquitetura oposta ao *Movimento Internacional de Arquitetura Moderna* dos anos de 1930. Ela se expande desde o instante em que se relacionam *modernismo e idéia de progresso*. Então, a questão que se põe é saber desde quando o Ocidente é moderno: a virada deu-se na época de Platão? Por iniciativa de Descartes? Com o fim das estéticas clássicas e a opção pelas estéticas da novidade, no decorrer do século XIX? Está ligada à Revolução Industrial? Estas interpretações têm em comum o rompimento com as filosofias da história. Condenam as *grandes narrativas* que dominaram a vida intelectual do Ocidente após três séculos, em particular as leituras liberais, hegelianas e marxistas da história. Além disso, tais interpretações têm um significado geográfico, visto que o tempo se desvaloriza face ao espaço — ver, por exemplo, a reformulação dos fundamentos e dos objetivos da Sociologia proposta por Anthony Giddens.²⁴

²² MIGNOLO, 2003.

²³ SAID, 2000.

²⁴ GIDDENS, 1984.

Mas, até onde deve ir a crítica de Ocidente, da idéia de modernidade e da de Progresso? O questionamento ao racionalismo condena toda forma de universalidade? A ciência é mais dependente das condições sociais que prevalecem nos lugares em que ela é elaborada do que pensávamos. Isso quer dizer que é necessário renunciar à idéia de verdade? Alguns geógrafos, tais como John Paul Jones III, aceitam estas formas de radicalismo.²⁵ Mas devemos ir tão longe assim? É necessário historicizar e relativizar a idéia de razão. Isso significa renunciar totalmente a ela? Creio que não. O imperialismo transformou profundamente as condições dos países fora da Europa. Ele os sujeitou. Suas terras foram, por vezes, valorizadas por colonos europeus, ao preço da expulsão das populações indígenas; a exploração das riquezas minerais foi feita em proveito de empresas cuja maioria era estrangeira; as missões e as escolas fizeram penetrar temas ocidentais nas tradições locais, mestiçando culturas.

As trocas jamais são unilaterais. O Ocidente se modificou. Sua visão de mundo transformou-se a partir do que ele descobria dos países que controlava. Graças aos jesuítas, desde os séculos XVII e XVIII a civilização e a arte chinesas influenciaram intensamente o pensamento europeu. O embargo britânico sobre a Índia fez descobrir o parentesco entre as línguas do Norte da Índia e as da Europa. O tema indo-europeu transforma, para o melhor e para o pior, a percepção feita pelos Ocidentais de suas especificidades, aproximando-o da sabedoria indiana. Em contato com o mundo árabe e com o Extremo-Oriente, a extrema hipocrisia do cristianismo ocidental é questionada, ao mesmo tempo em que surgem novas formas de sensibilidade. São sedutoras as estampas japonesas, a arte de Angkor ou de Borabodur; procuramos no Taiti (como Gauguin) a imagem de um mundo que escapa à poluição ocidental; a arte negra interpela os artistas europeus, enquanto o jazz e o samba revelam a originalidade dos ritmos africanos.

Há muitas formas de conceber o pós-colonialismo. Alguns acentuam a exploração do resto do mundo pelo Ocidente, contando uma história de exploração unilateral, de injustiça e freqüentemente de crueldade. Mas isso não é substituir as grandes narrativas (justamente criticadas) por outra grande narrativa que corre o risco de sofrer das mesmas fragilidades? Outros insistem, sobretudo, na necessária ampliação do quadro de análises sociais. Após as *Grandes Descobertas*, a Globalização se pôs em curso. Há que se levar em consideração, muito mais do que fizemos aqui, as influências recíprocas dos participantes das trocas mundiais. A descolonização não parou com as dinâmicas de hibridação e de mestiçagem que surgiram progressivamente depois do século XVI. Sem dúvida, é aí que reside o aspecto mais positivo da corrente pós-colonial.

O movimento crítico no qual o Ocidente submerge após meio século é indispensável. Seus resultados são salutares. Ele não condena os esforços de reflexão, síntese e sistematização desenvolvidos pelos pesquisadores. Ele apela para um pouco mais de modéstia. Em cada caso, tal movimento implica uma avaliação das relações entre as instâncias acadêmicas, suas inserções no tecido social e político e os sujeitos abordados. Ele não permite portar uma condenação sem apelo sobre a Europa e a América do Norte, mas incita os pesquisadores a fazerem prova de uma vigilância mais ativa e constante.

²⁵ JONES, 1999.

Referências

- BRAUDEL, Fernand. *Les ambitions de l'histoire*. Paris: Fallois, 1997.
- CLAVAL, Paul. *Épistemologie de la géographie*. Paris: Nathan, 2001.
- CLAVAL, Paul. *Géographie et géographes*. Paris: L'Harmattan, 2007.
- CLAVAL, Paul. *Histoire de la géographie française de 1870 à nos jours*. Paris: Nathan, 1998.
- CLAVAL, Paul. *La géographie culturelle*. Paris: Nathan, 1995.
- DARDEL, Eric. *L'homme et la terre*. Paris: PUF, 1952.
- DEMANGEON, Albert. *L'Empire britannique; essai de géographie coloniale*. Paris: Armand Colin, 1992.
- FERRETTI, Federico. *Il modo senza la mappa; Elisée Réclus e i geografi anarchici*. Milano: Zero in condotta, 2007.
- FINKELKRAUT, Alain (dir.). *Qu'est-ce que la France?* Paris: Stock, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Others spaces; the principle of heterotopy*. Lotus International, n. 48-49, 1985/1986.
- GIDDENS, Anthony. *The constitution of society*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GOTTMAN, Jean. *La politique des États et leur géographie*. Paris: Armand Colin, 1952.
- GOUROU, Pierre. *Les paysans du delta tonkinois: étude de géographie humaine*. Paris: Éditions d'Art et d'Histoire. Publications de l'École Française d'Extrême-Orient, 1936.
- JONES, John Paul III. Space "and" representation. In: BUTTIMER, Anne, BRUNN, Stanley D., WARDENGA, Ute (eds.). *Text and image; social construction of regional knowledges*. Leipzig: Beiträge zur regionale Geographie, 1999.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais, projetos globais. Colonialidade, pensamento liminar e saberes subalternos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- NORA, Pierre. Entre la mémoire et l'histoire. La problématique des lieux. In: NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de Mémoire. 1. La République. La Nation. Les France*. Paris: Gallimard, 1997.
- RIBEIRO, Guilherme. *As apropriações do espaço no pensamento de Eric Hobsbawm*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, 2004. Dissertação de Mestrado.
- RIBEIRO, Guilherme. *Espaço, tempo e epistemologia no século XX: a geografia na obra de Fernand Braudel*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, 2008. Tese de Doutorado.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discours sur l'origine des inégalités*. Paris: Flammarion, 2008.
- SAID, Edward. *Orientalismo: a invenção do Oriente pelo Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SANTOS, Milton. *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- SINGARAVÉLOU, Jean-Pierre (éd.). *L'Empire des géographes: géographie, exploration et colonisation, XIX^e-XX^e siècle*. Paris: Belin, 2008.
- SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SUESS, Eduard. *La face de la Terre*. 4 vol. Paris: Armand Colin, 1897-1918.
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Tableau de la géographie de la France*. Paris: Hachette, 1903.